

1 - O uso anafórico dos pronomes demonstrativos no português contemporâneo

Talita de Cássia Marine

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARINE, TC. O uso anafórico dos pronomes demonstrativos no português contemporâneo. In: COSTA, DS., org. *Pesquisas linguísticas pautadas em corpora* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 15-50. ISBN 978-85-68334-41-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1

O USO ANAFÓRICO DOS PRONOMES DEMONSTRATIVOS NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

*Talita de Cássia Marine*¹

Primeiras palavras

Diversas pesquisas sociolinguísticas, abordando diferentes níveis da língua (fonológico, sintático, morfológico, lexical, semântico e pragmático), foram e têm sido realizadas no Brasil ao longo, sobretudo, dos últimos trinta anos. Focando seu olhar ora na variedade brasileira, ora na lusitana, ou ainda, em ambas, por meio de estudos comparativos, essas pesquisas têm mostrado que embora haja vários pontos de divergência entre o Português do Brasil (PB) e o Português de Portugal (PP), as semelhanças são muitas.

Coadunando-nos com a noção de que a língua varia e pode mudar ao longo do tempo, visto que sua realidade é dinâmica e multifacetada, em constante “fazimento”, tal como propunha Co-seriu (1979), neste capítulo serão apresentados parte dos resultados a que cheguei com a realização de minha tese de doutorado (cf. Marine, 2009), parcialmente embasada, cabe destacar, pelos pressupostos teórico-metodológicos do modelo laboviano da Variação e Mudança Linguísticas (Weinreich, Labov, Herzog, 2006; Labov, 1972; 1994; 2002).

1 Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Partindo de uma perspectiva sociodiscursiva dos fenômenos da linguagem, neste trabalho apresentarei uma análise descritivo-comparativa do uso anafórico dos pronomes demonstrativos do Português do Brasil (doravante PB) e do Português de Portugal (doravante PP). Para isso, apresentarei os resultados obtidos para as formas demonstrativas variáveis e invariáveis referentes às primeira, segunda e terceira pessoas do discurso: “este/isto”, “esse/isso” e “aquele/aquilo”, analisadas a partir da observação dos mecanismos de referência anafórica tipificados, neste estudo, em cinco diferentes usos: anáfora fiel, infiel, por nomeação, de memória e por elipse.

Tal estudo buscou, sobretudo, verificar se o sistema pronominal do Português se mostra ternário, tal como podemos observar em diversas gramáticas normativas da Língua Portuguesa (cf. Cunha, 1986; Infante, 2002; Cipro Neto e Infante, 2002; Bechara, 2006) ou se, tal como já apontaram alguns estudos a esse respeito (cf. Câmara Jr. 1970; 1975; Castilho, 1978, 1993; Pavani, 1987; Roncarati, 2003; Marine, 2004), mostra-se, na verdade, binário.

Os pronomes demonstrativos

Segundo descrições de cunho normativo, o sistema dos pronomes demonstrativos da Língua Portuguesa é distribuído da seguinte maneira:

Quadro 1 – Formas variáveis e invariáveis dos pronomes demonstrativos do Português.

	Variáveis				Invariáveis
	Masculino (Singular/Plural)		Feminino (Singular/Plural)		
Formas de 1ª p.	Este	estes	esta	estas	isto
Formas de 2ª p.	esse	esses	essa	essas	isso
Formas de 3ª p.	aquele	aqueles	aquela	aquelas	aquilo

Ao pesquisar as definições conferidas aos pronomes demonstrativos por alguns gramáticos do Português, observamos que Cunha

(1986), Infante (2002), Cipro Neto e Infante (2002) e Bechara (2006) definem os pronomes demonstrativos – de modo geral – como aqueles que indicam a posição dos seres em relação às três pessoas do discurso (primeira pessoa: este, esta, isto; segunda pessoa: esse, essa, isso; terceira pessoa: aquele, aquela, aquilo) e acrescentam que essa localização pode se dar no tempo, no espaço ou no discurso. Assim, temos as formas de primeira pessoa marcando referência ao campo do falante, as de segunda, marcando referência ao campo do ouvinte e as de terceira fazendo referência ao que está fora do campo falante-ouvinte.

Vale lembrar que as formas variáveis podem funcionar como pronomes adjetivos (ex.: **Este** carro é meu) ou substantivos (ex.: Meu carro é **este**), já as formas invariáveis são sempre pronomes substantivos (ex.: **Isso** é importante ou **Aquilo** foi divertido).

Neves (2000), ao discutir a “natureza dos pronomes demonstrativos” em sua “Gramática de usos do Português”, classifica os demonstrativos como palavras fóricas, já que sempre fazem referenciação, seja ao contexto, seja à situação do discurso. Vejamos alguns exemplos apresentados por Neves (ibidem, p.491, destaque da autora):

- (1) Quando me davam um texto, eu já sabia como ia fazê-lo. Aí, **AQUELE** texto não me interessava [referência ao contexto].
- (2) Eu lhe agradeço a presença **nESTA** mesa, **nESTA** ceia [referência à situação do discurso].

Para a pesquisadora, os demonstrativos podem ser empregados como referenciador textual e como referenciador situacional. Na verdade, o que Neves (ibidem) chama de referenciador textual nada mais é o que em outras gramáticas conhecemos pelo nome de anáfora e catáfora. Já o referenciador situacional é o que mais comumente as gramáticas normativas denominam como referência espaço-temporal ou simplesmente uso dêitico do pronome. Cabe observar que quanto ao uso textual, Infante (2002, p.362), por exemplo, destaca

que “este” se refere ao que ainda vai ser dito na frase ou texto (catáfora) e “esse”, ao que já foi dito (anáfora), tal como podemos observar nos exemplos que seguem abaixo:

(3) Minha palavra final é **esta**: não!

(4) Para mim o respeito é a base de qualquer tipo de relação inter-pessoal. **Essa** é a minha opinião.

Já Bechara (2006, p.189), em relação a tal uso, declara que “no discurso, quando o falante deseja fazer menção ao que ele acabou de narrar (anáfora) ou ao que vai narrar (catáfora), emprega este (e flexões)”. Para o autor, a forma “esse” só será usada se a referência for feita às palavras da pessoa com quem se fala ou quando for expresso um nome a que, na construção do discurso, se quer juntar uma explicação, comparação, ou se lhe quer salientar alguma característica. Nesses casos, costuma-se repetir o nome (ou o que lhe serve de explicação, comparação ou característica) acompanhado do demonstrativo de segunda pessoa.

Como podemos observar, “as regras” relativas ao sistema dos pronomes demonstrativos em nossa língua estão longe de serem claras. Todas as gramáticas pesquisadas, evidentemente, apresentam características mais detalhadas – umas mais, outras menos – do uso desses pronomes. Tais características nos colocam diante da diversidade e, em alguns casos, das particularidades de emprego dos demonstrativos. Por isso, a fim de tentar compreender melhor o uso desses pronomes, apresentaremos uma breve descrição da maneira como alguns gramáticos “enxergam” o comportamento dos demonstrativos, bem como os apontamentos de alguns linguistas que se dedicaram aos estudos desses pronomes.

O que dizem as gramáticas

Partindo das relações estabelecidas com as pessoas do discurso (eu/ tu (você)/ ele), Cunha (1986, p.323-4) estabelece as seguintes características gerais para os pronomes demonstrativos:

- 1) **Este, esta e isto** indicam:
 - a) o que está perto da pessoa que fala;
 - b) o tempo presente em relação à pessoa que fala.
- 2) **Esse, essa e isso** indicam:
 - a) o que está perto da pessoa a quem se fala;
 - b) o tempo passado ou futuro com relação à época em que se coloca a pessoa que fala
- 3) **Aquele, aquela e aquilo** denotam:
 - a) o que está afastado tanto da pessoa que fala como da pessoa a quem se fala;
 - b) um afastamento no tempo de modo vago, ou uma época remota.

Além dessas características gerais, Cunha (ibidem, p.325-6) apresenta alguns “empregos particulares” dos pronomes demonstrativos: **1. Este/ esta/ isto** – usados para chamar a atenção sobre aquilo que dissemos ou vamos dizer; **2. Esse/ essa/ isso** – usados – tal como este/ esta/ isto – para aludir ao que mencionamos ou para referirmos ao que foi dito por nosso interlocutor; **3. Nisto** – usa-se no sentido de “então”, “nesse sentido”; **4. Além disso/ isto é/ isto de/ por isso (raramente por isto)/ nem por isso** – usados como expressões que se tornaram fixas, devido ao uso. O gramático destaca também que, quando queremos aludir, discriminadamente, a termos já mencionados, usamos “aquele” para o que foi referido em primeiro lugar e, “este” para o que foi nomeado por último:

- (5) **Caio** e Mariana foram viajar. Esta foi para Bahia e **aquele** para o Rio de Janeiro.

A esse respeito, Neves (2000, p.503) afirma que, se houver mais de um nome antecedente, a referência com “este/isto” seleciona o mais próximo (6), porém observa que não é necessário que o antecedente do “este” anafórico esteja bem próximo dele (7). Por outro lado, se houver mais de um nome antecedente, a referência com “aquele/aquilo” seleciona sempre o mais distante (8):

(6) Hoje saí para ver umas bolsas. Gostei de uma preta e de uma azul, mas sem dúvida ESTA era muito mais bonita.

(7) O perfil do jovem brasileiro mudou muito. Preocupam-se muito com prazeres individuais e efêmeros e já não cultivam muitos sonhos, tampouco traçam objetivos de vida. ESTAS características assustam cada vez mais a sociedade atual.

(8) A fome e a falta de trabalho são as grandes vilãs da sociedade brasileira e, o pior, caminham sempre juntas. Afinal, com esta como suprir AQUELA?

Cabe ressaltar que Cunha (1986) faz um apontamento acerca dos pronomes demonstrativos bastante curioso e que não foi encontrado por nós em nenhuma outra gramática, exceto por algumas considerações feitas por Neves (2000). De acordo com o autor “os demonstrativos reúnem o sentido de atualização ao de determinação. São verdadeiros ‘gestos verbais’, acompanhados em geral de entoação particular e, não raro, de gestos físicos” (Cunha, 1986, p.328). Daí a capacidade desses pronomes de fazer aproximar ou distanciar no espaço e no tempo as pessoas e as coisas a que se referem, permitindo-lhes expressar variados matizes afetivos – de admiração, confiança/esperança, indignação, pena/comiseração, malícia, sarcasmo, desprezo –, em especial, os irônicos (ibidem, p.328).

Ainda em suas considerações a respeito dos valores afetivos que podem ser transmitidos pelos pronomes demonstrativos, Cunha (ibidem, p.330) destaca que, quando aplicados a pessoas, os neutros “isto”, “isso” e “aquilo” têm, em geral, sentido fortemente depreciativo (como em “*Isso não vale nada!*”, em que “isso” está se referindo, por exemplo, a um homem). Entretanto, “pelos contrastes que não raro se observam nos empregos afetivos, podem esses demonstrativos expressar alto apreço por determinada pessoa” (ibidem, p.330) (como em *Aquilo*, sim, é que era mulher!).

Neves (2000, p.505) também tece algumas considerações a respeito do valor matizado do demonstrativo para o qual Cunha (1986) nos chama a atenção. A autora afirma que os demonstrati-

vos, quando usados junto de determinados substantivos abstratos de qualidade, podem estabelecer uma matização irônica, caso se refiram a pessoas. Vejamos um dos exemplos por ela apresentados:

(9) Eu não avisei a *ESSA* beleza, quando ela chegou, quem era Romeu? Ela se perdeu por gosto.

Outra característica interessante, relativa ao uso dos pronomes demonstrativos, para a qual Cunha (1986, p.324, grifos do original) nos chama a atenção, diz respeito ao fato de que

[...] com frequência, na linguagem animada, nos transportamos pelo pensamento a regiões ou épocas distantes, a fim de nos referirmos a pessoas ou objetos que nos interessam particularmente, como se estivéssemos em sua presença. Linguisticamente, esta aproximação mental traduz-se pelo emprego do pronome *este* (*esta, isto*) onde seria de esperar *esse* ou *aquela*.

E acrescenta: “ao contrário, uma atitude de desinteresse ou desagrado para com algo que esteja perto de nós pode levar-nos a expressar tal sentimento pelo uso do demonstrativo *esse* em lugar de *este*” (ibidem, p.324, grifo do original). A esse respeito, Bechara (2006, p.187) afirma que “na linguagem animada, o interesse do falante pode favorecer uma aproximação figurada, imaginária, de pessoa ou coisa que realmente se acham afastadas dos que falam”. Em situações como esta, o autor ressalta que se exige o uso de “*este*”. Por outro lado, afirma que a forma “*esse*” tem a “missão” de afastar de nós, pessoa ou coisa que se acham ou poderiam achar próximas.

A visão de algumas pesquisas linguísticas

Rodrigues (1983), ao analisar os pronomes demonstrativos da Língua Portuguesa, uniu as formas variáveis e invariáveis desses pronomes e sugeriu que fossem designados como “ostensivos próximos” e “afastados” do falante e do ouvinte, divididos de maneira

tripartida: **isto**, **este (s)**, **esta(s)** ⇒ ostensivos próximos do ouvinte; **isso**, **esse(s)**, **essa(s)** ⇒ ostensivos próximos do falante e **aqui-lo**, **aquele(s)**, **aquela(s)** ⇒ ostensivos afastados do falante e do ouvinte.

Pontes (1978), por meio do recurso à propriedade [+/-animado], propõe que os demonstrativos têm uma forma própria para pessoas e outra para coisas. No entanto, a esse respeito, Rodrigues (1983) afirma que o recurso a essa propriedade não permite suprir adequadamente o sistema dos pronomes demonstrativos do Português, pois segundo a propriedade [+/-animado], as formas variáveis se refeririam às pessoas, as invariáveis, às coisas, mas não haveria nenhuma forma específica usada apenas para os animais. Ou seja, segundo tal propriedade há uma forma para [+animado, +humano] e outra para [-animado, -humano], mas não há uma forma para [+animado, -humano].

Há de se destacar que Câmara Júnior (1970) também já havia atribuído a formas como **isto**, por exemplo, referência a “coisas” – propriedade [-animado] –, mas, para Rodrigues (1983), esse tipo de atribuição não lhe parece bem fundamentada, pois as formas invariáveis **isto**, **isso** e **aquilo** podem ser, também, perfeitamente aplicadas a seres animados não humanos e humanos, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(10) Isto é um peixe.

(11) Aquilo que você vê lá são meninos jogando bola.

De acordo com Rodrigues (1983), a especificação do objeto referido é um dos fatores significativos para uma eficiente análise morfológica dos demonstrativos do Português. De acordo com essa análise, a oposição das formas **isto** *versus* **este**, **esta**, **estes**, **estas** é caracterizada pelos valores da propriedade [+/-especificado], em que teríamos a forma **isto** atrelada à propriedade [-especificado] e as formas **este**, **esta**, **estes**, **estas**, à propriedade [+especificado].

Cabe observar que, como já apresentado neste capítulo, segundo Cunha (1986), os demonstrativos têm a capacidade de aproxi-

mar ou distanciar no tempo e no espaço as pessoas e as coisas a que se referem, permitindo-lhes expressar variados matizes afetivos, como admiração, confiança, indignação, malícia, pena e desprezo. Quando isso ocorre, o uso das formas variáveis e invariáveis pode ocorrer indistintamente na referência a seres animados e inanimados, tal como podemos verificar nos exemplos (12 e 13):

(12) Isso é um monstro! (referindo-se a um homem)

(13) Essa é horrível! (referindo-se a uma casa)

Assim, em concordância com Cunha (1986), acreditamos que não podemos limitar o campo de referência das formas variáveis a seres animados, nem, tampouco, o das formas invariáveis a seres inanimados, como propõem Câmara Júnior (1970) e Pontes (1978). Quanto à proposta de Rodrigues (1983), pela qual os pronomes demonstrativos seriam marcados pela propriedade [+/- especificado], acreditamos que esta seja mais adequada que a de Câmara Júnior (1970) e Pontes (1978); no entanto, quando o uso dos demonstrativos estiver ligado a valores afetivos, isto é, matizados, essa propriedade pode, em determinadas situações enunciativas, não apresentar uma análise compatível com a realidade de uso desses pronomes.

Em (12) – “Isso é um monstro!” , por exemplo, a forma que denominaríamos como [-especificado], ou seja, “isso”, contém maior valor afetivo, no caso, desprezo, contribuindo para melhor expressão do sentido que se quer atribuir a “homem”. Numa frase como: “Isso não quer estudar de jeito nenhum”, a forma invariável do demonstrativo – referindo-se a um menino – é muito mais expressiva que a forma variável posta na mesma frase: “Esse não quer estudar de jeito nenhum” ou “Esse menino não quer estudar de jeito nenhum”. A esse respeito, Cunha (1986, p.330) afirma que “quando aplicados a pessoas, os neutros **isto**, **isso** e **aquilo** têm, em geral, sentido fortemente depreciativo”.

Cabe destacar que na primeira frase construída com “esse”, em que há a elipse do nome “menino”, o demonstrativo, depen-

dendo da situação enunciativa, pode ou não possuir valor afetivo, porém, caso possua, será bem menor que na frase construída com a forma invariável. Já na segunda, o demonstrativo parece funcionar mais como um mero especificador do referente e, portanto, parece, também, atribuir um valor menos matizado em relação àquilo que refere. Diante disso, podemos afirmar que, em determinados contextos de uso, as formas [-especificadas] são muito mais expressivas e precisas do que as formas [+especificadas]. Tais considerações confirmam, cada vez mais, o fato de que não podemos limitar os pronomes demonstrativos a uma análise puramente microlinguística.

Retomando as discussões acerca da divisão tripartida dos pronomes demonstrativos prevista pelas gramáticas normativas da Língua Portuguesa, diferentemente da divisão ostensiva e tripartida proposta por Rodrigues (1983), algumas pesquisas linguísticas apontam para uma simplificação do sistema dos demonstrativos, que de ternário (este/ esse/ aquele) teria passado a binário (este-esse/ aquele) no Português do Brasil (PB).

De acordo com Câmara Júnior (1970), isso se explica devido ao apagamento da distinção entre o campo referencial do ouvinte e o do falante a fim de se criar apenas uma distinção dicotômica entre perto e longe, tal como ocorre no inglês por meio dos pronomes *this/ that*. Além disso, Câmara Júnior (1970) observa que a distinção fonológica entre **este** e **esse** é tão pequena (/st/ : /s/) que acaba promovendo um intercâmbio entre as duas formas na língua coloquial, mesmo em função dêitica, tornando-os gramaticalmente equivalentes.

Segundo o pesquisador, a forma **esse** predomina sobre **este** no Rio de Janeiro, o que equivale à mudança de /ste/ para /s/, e acrescenta que “a norma escolar combate essa tendência no sentido de repor o sistema tricotômico, em que *esse* se circunscreve ao campo do ouvinte; e por ele se pauta a língua escrita e o registro formal da língua oral culta” (ibidem, p.114). Para o estudioso, a relação entre **este** e **esse** representa uma “evolução em marcha” na Língua Portuguesa.

Cabe ressaltar que devido ao fato de “uma língua reluta[r] em regra em abandonar qualquer das suas riquezas expressivas, mesmo quando de maneira geral se afigura excessiva” (idem, 1971, p.331), muitas vezes o “prejuízo expressivo” causado pela neutralização no uso das formas **este** e **esse** acaba sendo sanado por meio de um novo recurso que procura repor de algum modo o sistema tripartido dos demonstrativos: o uso dos advérbios locativos relacionados às três pessoas do discurso: aqui (1^a), aí (2^a) e ali (3^a). Assim, segundo o autor, por meio desses reforços adverbiais, cria-se um sistema tripartido não mais marcado exclusivamente pelo demonstrativo, mas, sim, pelos advérbios aqui/aí/ali que, inclusive, são advérbios pronominais por terem se originado dos pronomes demonstrativos.

Roncarati (2003), em pesquisa pautada em *corpus*, apesar de ressaltar que seus dados se restringiram à variedade falada carioca, afirma estar havendo uma reconfiguração paradigmática no sistema dos demonstrativos de primeira (**este**) e segunda (**esse**) pessoas, pressionando, assim, a implantação de um sistema binário. Os resultados de sua pesquisa apontam para uma elevada produtividade do uso da forma “**esse/isso**” e para uma ocorrência inexpressiva das formas “**este/isto**” que, quando usadas, concentram-se em “falantes de mais idade” e em contextos discursivo-pragmáticos específicos, com ênfase e focalização de constituintes, por exemplo.

Outra observação interessante destacada por Roncarati (ibidem, p.157) diz respeito ao “avanço de funções confinadas a casos de referência de domínios inferíveis”, ou seja, a casos em que o conhecimento compartilhado entre os falantes é imperativo:

[...] em nossos dados há eloquentes exemplos diante dos quais o recurso ao contexto imediato da situação não preenche satisfatoriamente as condições de identificabilidade dos referentes. Em alguns casos nem mesmo o apelo ao princípio da continuidade referencial resolve o problema da progressão referencial. Nas amostras analisadas, por exemplo, encontramos referentes introduzidos sem continuidade referencial, outros, sem referência prévia, a exigir cálculos inferenciais (ibidem, p.146).

Cid, Costa e Oliveira (1986 *apud* Roncarati, 2003), estudando a fala culta dos cariocas com dados do NURC/RJ, constataram que o discurso universitário prioriza “esse” (91,8%) em detrimento de “este”, reservado a contextos de maior formalidade. Algo semelhante foi constatado por Castilho (1978), ao analisar os pronomes demonstrativos na norma culta de São Paulo (NURC/SP): 60,5% das ocorrências eram do pronome **esse** e apenas 39,5% correspondiam a **este**. No entanto, de acordo com Castilho (1978, p.31), a “vitória” da forma **esse** sobre **este** não pode ser entendida de forma simplista, pois “o esquema binário é substituído pelo ternário assim que o locutor entra em assunto em que se faz necessário especificar melhor a posição de cada coisa”.

Em pesquisa posterior e mais recente, no âmbito do projeto “Gramática do Português Falado”, Castilho (1993) também encontra a hegemonia da forma “esse”: 58%. Cabe observar que, para essa contagem, o pesquisador incluiu a forma “aquele”, a qual respondeu por 29% das ocorrências, restando a “este”, uma frequência de uso de apenas 13%. Além disso, o autor também confrontou as formas neutras, acrescentando, inclusive, o mostrativo “o”-considerado como demonstrativo na Gramática Tradicional, sempre que é seguido de “de” e “que” –, e constatou que “isto” respondeu por apenas 4% das ocorrências, enquanto “isso” apareceu em 67%, “aquilo”, 6% e “o”, 23% dos casos observados.

Pavani (1987, p.85), em sua dissertação de mestrado acerca do uso das formas **este**, **esse** e **aquele** no Português culto falado em São Paulo, afirma ter encontrado “uma alternância entre as formas demonstrativas este e esse, as quais se mostravam gramaticalmente equivalentes”, tanto em função anafórica quanto dêitica. Dessa forma, a autora conclui que:

[...] na linguagem oral culta, apesar de serem utilizadas as três formas demonstrativas (este, esse, aquele), há uma tendência a se reduzir o esquema dos demonstrativos de ternário a binário (este/esse X aquele). Nossos dados mostram, ainda, uma significativa prevalência de esse sobre este: das 954 ocorrências destas duas for-

mas demonstrativas, 799 são de esse (83, 75%) e apenas 155 são de este (16, 25%). É a vitória de esse sobre este que se prenuncia em nossos dados (ibidem, p.86, grifo do original).

Jungbluth (1998), partindo do pressuposto de que o sistema pronominal dos demonstrativos do PB está passando por um processo de mudança que o tem levado a uma configuração binária, ao analisar folhetos de poesia de cordel, encontra uma produtividade bastante expressiva da forma “este” e sugere que as pesquisas a respeito de tais pronomes passem a respeitar “os tipos de discurso”.

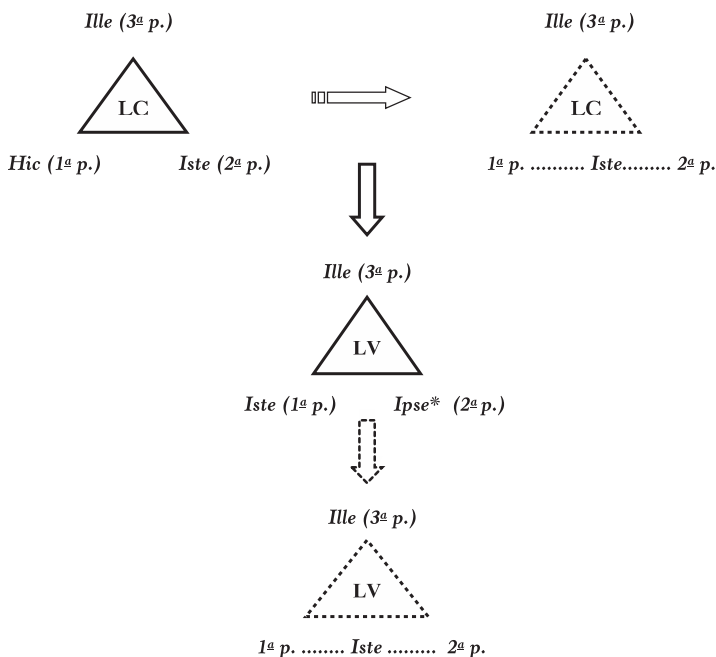
Por outro lado, a autora acredita que o sistema ternário continua sendo usado pelas línguas românicas em função dêitica, especialmente na comunicação face a face, situação em que os oradores e ouvintes estão pessoalmente envolvidos, desenvolvendo a conversação como atividade de junção. Para ela, se havia tradicionalmente um sistema tridimensional em uso, como no latim e no inglês antigo, por exemplo, essa tradição linguística é continuamente praticada, especialmente na fala informal do dia a dia, mesmo se a norma escrita oficial ou em uso formal realmente tiver abandonado o sistema antigo e atualmente apenas faça uso de um sistema bidimensional menos diferenciado (Jungbluth, 1999).

Entretanto, há de se destacar que Coutinho (2005) afirmava que no Latim Vulgar havia uma confusão no uso dos demonstrativos, sendo frequente encontrarmos um empregado em lugar do outro. Nesse sentido, Câmara Júnior (1975) afirma que, provavelmente, o deslocamento de *iste* foi determinado pelo abandono do demonstrativo de primeira pessoa (*hic*), fazendo com que *iste*, demonstrativo de segunda pessoa, passasse a indicar o de primeira. O autor defende que esse deslocamento tenha sido, a princípio, uma extensão de sua área, para opor o eixo falante-ouvinte a tudo que lhe era exterior (*ille*). Se foi isso o que aconteceu, o antigo sistema ternário acabou sendo restabelecido por meio da restrição de *iste* para o campo do falante e pela transferência de “*ipse* para o campo do ouvinte, propiciada pela presença enfática de *ipse* junto às três pessoas pronominais, especialmente a segunda” (ibidem, p.103).

O que percebemos é que enquanto grande parte da România Antiga apresenta vestígios desse sistema, desde cedo é possível notar uma tendência no sentido de se conservar um sistema binário entre os demonstrativos, marcando-se apenas a posição de objeto próximo e objeto remoto em relação ao falante. Portanto, no Latim Vulgar existiam dois demonstrativos de sentido mais definido e persistente – *iste* e *ille* – e um terceiro que ocupava uma posição intermediária entre os dois, de “vitalidade mais limitada e, talvez, de sentido um pouco mais vago: *ipse*” (Maurer, 1959, p.110).

Assim, de acordo com Marine (2004, p.76), podemos descrever as variações sofridas pelo sistema dos pronomes demonstrativos do Latim Clássico (LC)² ao Vulgar (LV) por meio do seguinte esquema:

Esquema 1 – Evolução dos pronomes demonstrativos do Latim Clássico ao Vulgar



* Marcando um sentido menos definido em comparação à relação *iste* vs. *ille*.

2 Considerando-o a partir do seu comportamento triádico.

Esta quarta etapa (em pontilhado, no esquema) apresentada por Marine representa a hipótese da autora segundo a qual, se o *ipse* marca um sentido menos definido em comparação à relação *iste versus ille* presente no Latim Clássico, na verdade, a real oposição entre os demonstrativos no Latim Vulgar era, provavelmente, *iste versus ille*.

Assim, a forma *iste* no Latim Clássico possivelmente já estava perdendo seu valor referencial relativo à segunda pessoa, o que a teria levado a assumir o lugar de primeira pessoa no Latim Vulgar, ficando *ipse* para as referências de segunda pessoa. Essa possível tentativa de resgatar o sistema ternário não teria se consolidado, de acordo com Marine (ibidem), pelo fato de *ipse* marcar um sentido menos definido em comparação a *iste versus ille*. Logo, o verdadeiro uso dos pronomes demonstrativos em Latim Vulgar era *iste versus ille*, originado de uma variação do sistema pronominal terciário do Latim Clássico que, no uso, mostrava-se binário.

Ainda segundo Marine (ibidem) em seu estudo diacrônico acerca dos pronomes demonstrativos no PB, desde o Latim Vulgar, o sistema dos demonstrativos mostra-se, de fato, binário. Apesar disso, acrescenta a autora, “a norma da nossa língua insiste na existência de um sistema ternário e, com o apoio das escolas, mantém tal concepção ‘viva’, pelo menos do ponto de vista teórico” (ibidem, p.123).

Referência ou referenciação?

Como já foi exposto na seção introdutória deste capítulo, apresentarei os resultados obtidos em minha tese de doutorado para as formas demonstrativas variáveis e invariáveis (“este/isto”, “esse/isso” e “aquele/aquilo”), analisadas a partir da observação dos mecanismos de referenciação anafórica, segundo algumas tipificações estabelecidas para tal uso. Entretanto, antes de apresentar tal tipificação e os resultados obtidos na referida pesquisa, cabe algumas reflexões acerca da orientação teórica assumida neste estudo quanto às questões referenciais da língua.

Nesse sentido, há de se destacar que a ideia de que a língua é um sistema de “etiquetas” que se ajustam mais ou menos bem às “coisas” pareceu inquestionável a muitos estudiosos da linguagem por longos anos. Inúmeros quadros conceituais tentaram explicar (e/ou entender) de que maneira a língua refere o mundo, apoiados nas teorias clássicas da referência, manifestadas por meio das “metáforas do espelho”, segundo as quais as estruturas linguísticas refletiriam diretamente as coisas, ou seja, seriam capazes de representar adequadamente a realidade ou o pensamento. “A linguagem, tida como realidade mental, seria um espelhamento do mundo sendo este uma realidade extramental. Daí surgiria a noção de correspondência” (Marcuschi, 2007b, p.105).

Ao negar a ultrapassada “metáfora do espelho”, Marcuschi (ibidem, p.108, grifos do original), sugere a “metáfora da lâmpada”, já que para ele, a língua, ao invés de ser uma representação especular do mundo,

[...] é uma apresentação; a língua não é um *retrato* e sim um *trato* do mundo, isto é, uma forma de agir sobre ele. Mais do que *capital*, a língua é uma *moeda*, servindo para trocas; mais do que um *almoxarifado* de mercadorias disponíveis (num estoque de itens lexicais) a língua é uma *carpintaria* (uma espécie de heurística). A língua não é uma dupla de *trilhos* a ligar dois polos – o mundo e a mente –, mas um conjunto de *trilhas* que decidimos seguir mesmo que dê em aporias.

Essa nova tendência no estudo das questões referenciais, caracterizada pela abordagem sociocognitiva e interacionista da linguagem, é assinalada pela substituição do termo **referência** por **referenciação**, tal como apontam Koch, Morato e Bentes (2003, p.8), visto que

[...] passam a ser objeto de análise as atividades de linguagem realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem mundos textuais cujos objetos não espelham fiel-

mente o “mundo real”, mas são, isto sim, interativamente e discursivamente constituídos em meio a práticas sociais, ou seja, são *objetos-de-discurso*.

Justamente por isso é que Koch e Marcuschi (1998) chamam a atenção para o fato de que o termo “referenciação” substitui a noção mais restrita de “referência” e enfatizam que referir não é um ato de ostensão direta entre linguagem e mundo.

Nesse mesmo sentido, Apothéloz (2003) defende a ideia de que o processo de referenciação não se completa apenas com o emprego de expressões referenciais, já que o referente é criado a partir de um conjunto de ações em que os coenunciadores ajustam suas ações conversacionais e, assim, constroem os sentidos em cada evento. Daí o fato de que a relação “língua-mundo” deixa de ser interpretada apenas por referentes que representam o mundo ou “autorizam” sua representação, passando a assumir uma visão textual-discursiva, interativa e sociocognitiva da referenciação. Assim, “os objetos de discurso não preexistem à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas são produtos desta atividade” (Bentes; Rio, 2005a, p.266). Por isso, concordamos com Marcuschi (2007b, p.69), quando tal autor ressalta que a “referenciação é uma atividade criativa e não um simples ato de designação”.

A realização anafórica pelos pronomes demonstrativos: considerações teóricas

Na retórica clássica, o termo anáfora era entendido como a repetição de uma expressão ou de um sintagma no início da frase. Para Milner (2003, p.94), autor que possui uma visão formal sobre os fenômenos de referenciação, “há relação de anáfora entre duas unidades A e B quando a interpretação de B depende crucialmente da existência de A, a ponto de se poder dizer que a unidade B só é interpretável na medida em que ela retoma, inteira ou parcialmente A”. Assim, segundo Milner (*ibidem*), há anáfora quando há retomada de um antecedente num processo de correferenciação.

Em Marcuschi (2007b), percebemos que essa visão de anáfora que encontramos em Milner (2003) diz respeito a um tipo específico de anáfora: a **anáfora correferencial**, que, para Marcuschi (2007b, p.78, grifo do autor), embora seja um fenômeno discursivo, tal como os demais tipos de anáfora,

[...] é uma maneira de pôr o indivíduo num “andador” tirando-lhe a liberdade de criar e obrigando-o a circunstanciar-se ao que vinha em andamento. Pois a anáfora obriga a recobrar algo anterior e tem seus limites nessa operação de recuperação, o que permite entender que as anáforas indiretas seriam algo próximo à *déixis am phantasma* de Bühler por irem além dum simples processo de recuperação.

Atualmente, como afirma Marcuschi (2003), o termo “anáfora” é usado para designar expressões que, no texto, reportam-se a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais-retomando-os ou não –, a fim de contribuir para a continuidade tópica referencial. Quando a referência está ligada a algo que acabou de ser dito, designamos tal referenciação como anafórica, já quando está ligada a algo que será dito em seguida, como catafórica. Cabe ressaltar que conforme Bosch (1983), a adoção do termo “anáfora” foi, de certa forma, uma solução hábil para os problemas causados pelo termo “pronominalização”, pois o sentido literal da palavra “pronomes” pode levar a interpretações inadequadas, afinal, pronomes são mais do que um substituto para um substantivo ou sintagma nominal que poderia ser utilizado em seu lugar. O enfoque baseado na substituição também encontra dificuldades para lidar com referências pronominais a entidades do discurso que não foram explicitamente introduzidas ou cujos referentes são passagens inteiras de discurso.

Focando-nos nas referências anafóricas realizadas pelos pronomes demonstrativos e seguindo uma orientação sociocognitiva, discursiva e interacionista do fenômeno anafórico, apresentamos alguns tipos de anáfora que foram consideradas em nosso estudo:

I) **Anáfora fiel** (Apothéloz, 2003) ou **Anáfora do tipo I**, como prefere Marine (2004): a retomada do antecedente é feita por um

Sintagma Nominal (SN) (definido) cujo nome nuclear é aquele mesmo por meio do qual foi introduzido. Assim, esse tipo de anáfora é uma das possibilidades de correferência. Exemplo:

(14) Havia **uma casa** à venda naquela avenida. Esta casa parecia ser bastante confortável.

II) **Anáfora infiel** (Apothéloz, 2003): o nome da forma de retomada é diferente daquele da forma introduzida (trata-se, mais frequentemente, de um sinônimo ou de um hiperônimo). Marine (2004) afirma que nesse tipo de anáfora, a qual a autora prefere chamar de **anáfora do tipo II**, a retomada do antecedente é feita pela união “pronomes demonstrativo + sinônimo direto ou contextual do nome anteriormente mencionado” e acrescenta que “sinônimos diretos ou contextuais” podem ser realizados de diferentes maneiras, como por meio de sinonímias, hiperonímias, hiponímias e silepses de gênero e/ou número. Exemplos:

(15) **A menina** adora pipoca. Esta garota come pipoca todos os dias.

(16) **As meninas** adoram dançar. Essas crianças praticam jazz a tarde toda.

(17) **Pelé** é conhecido no mundo inteiro. Esse futebolista é exemplo para muitos atletas.

(18) Você pode até não ter pegado esta doença por **contato sexual**, mas pode transmiti-la por essa via.

III) **Anáfora por nomeação** (Apothéloz, 2003): quando o sintagma nominal transforma em referente, ou seja, em objeto individuado, o processo denotado por uma proposição anterior; a nomeação pode retomar o conteúdo proposicional da proposição ou o ato de fala realizado por meio da enunciação. Assim, como propõe Marine (2004), focando seu estudo nas anáforas estabelecidas pelos pronomes demonstrativos, nesse tipo de anáfora (**anáfora do tipo III**) a retomada do antecedente, que nesse caso não constitui apenas

um nome, mas toda a ideia³ pode ser realizada de duas maneiras diferentes: *i*) “pronomes demonstrativo + sinônimo direto ou contextual da proposição anteriormente mencionada” ou *ii*) “pronomes demonstrativo + proposição de mesma referência em relação ao antecedente”. Muitas vezes, acrescenta a autora, o uso desse tipo de anáfora implica em um conhecimento compartilhado do assunto/tema do texto por parte dos interlocutores (escritor/leitor; falante/ouvinte); caso contrário, ela tende a se tornar incompreensível a um dos interlocutores e, portanto, ineficiente, tanto do ponto de vista textual, quanto do discursivo. É importante ressaltar que a anáfora do tipo III pode ser realizada também pelas formas invariáveis dos pronomes demonstrativos (isto/ isso/ aquilo), já que tais pronomes têm a capacidade de estabelecer uma referência textual bastante ampla, podendo retomar toda uma ideia. Observemos os exemplos:

(19) Os arquivos dos jornais serão doados a algumas bibliotecas.

Essa doação vai

acontecer no fim deste ano.

(20) Todos os sábados eles saem e usam vários tipos de drogas, mas eu não gosto dessas coisas.

(21) Toda vez que ele tem prova na escola, inventa uma nova doença para não ir à escola. Isso não pode mais acontecer.

IV) **Anáfora associativa** (Apothéloz, 2003): sintagmas nominais definidos que apresentam simultaneamente as seguintes características: *i*) de um lado, uma certa dependência interpretativa relativamente a um referente anteriormente (às vezes, posteriormente) introduzido ou designado; *ii*) de outro lado, a ausência de correferência com a expressão que introduziu ou designou anteriormente (às vezes posteriormente) esse referente. Logo, as anáforas associativas apresentam o seu referente – objeto de discurso – como já conhecido (ou identificável), sempre que ele não tiver sido ainda objeto de nenhuma men-

3 O conceito de “ideia” é utilizado por Marine (2004; 2009) de forma bastante abrangente, designando assuntos, proposições, posicionamentos, ações diversas, entre outros.

ção, e que não indicar mais sua relação com outros referentes ou com outras informações explicitamente formuladas. Um exemplo clássico desse tipo de anáfora, já discutido em vários artigos, é o seguinte:

(22) Nós chegamos a uma cidade. **A igreja** estava fechada.

Nesse exemplo, o antecedente anafórico, que na verdade é um *trigger*, ou seja, um “desencadeador”, segundo Hawkins (1977), é o sintagma definido “uma cidade”. Já o sintagma definido “a igreja” – que, nesse exemplo, poderia ser também “a farmácia”, “a escola”, “a prefeitura”, entre outros – é o que se denomina, ainda segundo Hawkins, *associate*, isto é, “associado”: sintagma definido cujo emprego como primeira menção de um objeto de discurso (referente) se torna possível graças ao “desencadeador”, sem que haja ambiguidade sobre a identidade desse objeto de discurso.

V) **Anáfora de memória:** partindo do que Apothéloz (2003) define como “dêixis de memória” e do que Bühler (1978 *apud* Marcuschi, 2007b) define como “dêixis fantasma”, propomos um novo tipo de anáfora: **a anáfora de memória**, que se caracteriza pela retomada do antecedente feita *in absentia*, ou seja, na ausência de qualquer designação explícita e prévia de seu referente. Nesse caso, a referência é estabelecida pela união “pronomes demonstrativos + nome ou ideia resgatada na memória de um dos interlocutores”. Cabe ressaltar que esse “resgate” de uma ideia estabelecido pelo escritor/falante deve ser, necessariamente, compartilhado pelo seu leitor/ouvinte, para que a comunicação entre ambos tenha um sentido pleno. Abaixo seguem dois exemplos retirados do *corpus* que, como poderá ser observado adiante, utilizamos em nossa pesquisa:

(23) Tenho quinze anos e como todas as raparigas da minha idade gosto de homens mais velhos. Há quase um ano conheci uma rapariga que se tornou a minha melhor amiga. Tenho muita ternura por ela, se bem que por vezes penso que sinto algo mais... Sei que a atraio e que ela gosta muito de mim, porém não me atrevo a confessar-lhe que me atrai com medo de perdê-la como amiga. Que posso

fazer? Laura-Almoçageme/ O melhor é ficares completamente certa do que sentes pela tua amiga. Tem a conta que na adolescência é muito normal viver situações de incerteza ou confusão sexual. Não deves ter medo de manifestar a tua própria maneira de amar; porém, antes de dar um grande passo, assegura-te de que na verdade queres essa pessoa quer seja rapaz ou rapariga. [...]. (Ragazza, fevereiro de 1994).

(24) Para mim, esse negócio de virgindade nunca foi muito importante. Talvez por isso, quando transei pela primeira vez não foi tão emocionante. Mas para uma coisa é ótimo, quebra aquela barreira que a gente sempre coloca na hora de ir além de abraços e beijinhos com os namorados. N.P., 19 anos. (Capricho, abril de 1994).

VI) **Anáfora com elipse** (Marine, 2004): a retomada do antecedente é feita por meio, exclusivamente, do pronome demonstrativo, visto que o antecedente encontra-se elíptico no sintagma nominal. É importante destacar que esse antecedente elíptico pode ser apenas um nome (25) ou toda uma “ideia” (26), tal como nas anáforas por nomeação.

(25) O primeiro namorado de Maria era muito mulherengo. Ela não teve muita sorte com este, mas dizem que o atual é um rapaz bastante sério. (Ragazza, abril de 1998).

(26) O mais certo é que ele parta do princípio que todas as miúdas gostam que estejam em cima delas constantemente e que ache que essa é a melhor forma de te mostrar o seu carinho e amor. [...]. (Ragazza, abril de 1998).

Estudo variacionista pautado em cartas: justificando o *corpus* utilizado

Para iniciar esta seção, é importante destacar que, por coadunarmos com Sinclair (1991), acreditamos que o uso de *corpus* favorece

as pesquisas linguísticas, pelo fato de sua utilização proporcionar a realização de descrições linguísticas de base empírica, permitindo, desse modo, a reflexão sobre questões teóricas fundamentadas em usos reais da língua.

Como se sabe, estudos de caráter variacionista⁴ privilegiaram e ainda privilegiam o estudo da modalidade falada da língua em contextos menos formais por acreditar-se que tal modalidade esteja mais vulnerável às variações linguísticas (cf. Faraco, 1991). Entretanto, existem muitos contextos em que a modalidade escrita da língua é marcadamente menos formal que a da fala, constituindo-se, assim, como excelente *corpus* para estudos variacionistas.

Em relação ao trabalho com esse tipo de texto escrito, Marine (2004; 2009) propõe o conceito de “língua oral-escrita”, definido como uma face da linguagem verbal escrita, marcada por traços típicos da fala menos formal, como as cartas das leitoras de algumas revistas femininas, tal como a brasileira *Capricho* e a portuguesa *Ragazza*, utilizadas no presente capítulo. Essas revistas, é importante salientar, têm orientações editoriais muito semelhantes; é possível notar que a *Ragazza*, revista que surgiu em novembro de 2003, baseia-se bastante no estilo da *Capricho*, cujas primeiras edições datam do fim da década de 1950, embora seu formato atual esteja mais ligado à reformulação pela qual passou a revista em 1989.

Cabe ressaltar um aspecto inestimável desse tipo de carta: segundo Marine (2004; 2009), elas não passam por um processo de edição relacionado à maneira como foram escritas. O que há é o “corte” de alguns fragmentos, visto que geralmente as cartas não são publicadas na íntegra. Por isso, nelas nos vemos diante de um texto escrito profundamente marcado por uma oralidade menos formal, inserido num *continuum* entre a escrita e a fala que se caracteriza, notoriamente, como um gênero misto, tal como definido por Marcuschi (cf. 2007a). Vejamos os dois exemplos que seguem abaixo, atentando-nos, em especial, para os trechos em destaque:

4 Referimo-nos ao modelo teórico-metodológico da Variação e Mudança Linguísticas proposto por Weinreich, Labov, Herzog, 2006 [1968]; Labov, 1972; 1982; 1994; 2001.

(27) Uma menina deve contar ao garoto que ela nunca beijou antes? / N.Z.P., 14 anos. / Deve sim. Se ele realmente estiver a fim, não vai fazer diferença se ela nunca beijou antes... não tem aquela história de que o primeiro beijo a gente nunca esquece? Agora, se você ficar sem coragem não conte e nem fique com medo de ele falar alguma coisa, porque essa é uma coisa que não dá pra perceber (...). (*Capricho*, março de 1994)

(28) Meu namorado, o Maurício, vivia inventando jogos de futebol à noite, jantares inadiáveis. Eu nem sou superciumenta, mas também não consigo ficar achando que isso é normal. Fiquei com a pulga atrás da orelha. Cada vez que aparece uma história dessas eu fico morrendo de ciúme. Não falo nada, mas acabo investigando. Já descobri duas mentiras, e aí rodei a baiana. Ele jurou que nunca mais ia mentir, eu fingi que acreditei e a gente fez as pazes. / Maria Luíza, 17 anos. (*Capricho*, fevereiro de 1996).

Como pode ser observado, os trechos sublinhados demonstram claramente diversos e diferentes traços de oralidade⁵ e o baixo grau de formalidade desses textos, visto que muitas expressões, marcações discursivas e a própria escolha do léxico são típicas da fala coloquial.

Resultados gerais: “este/isto” e “esse/isso”

Das 1075 ocorrências dos pronomes demonstrativos variáveis e invariáveis-relativos às primeira e segunda pessoas do discurso de nossa amostra, em uso anafórico, quinhentos são pronomes do Português do Brasil (PB) e 575, do Português de Portugal (PP), segundo a seguinte distribuição:

5 Isto é, marcadores discursivos, segundo Marcuschi (2003), bem como características típicas de conversações menos formais.

Tabela 1 – Uso anafórico das formas **este**, **isto**, **esse**, **isso** no PB e no PP

	PB	PP
Este	22 (4,4%)	157 (27,3%)
Esse	247 (49,4%)	201 (35%)
Isto	2 (0,4%)	54 (9,4%)
Isso	229 (45,8%)	163 (28,3%)
Total	500 (100%)	575 (100%)

É possível observarmos que tanto nas formas variáveis quanto nas invariáveis, os demonstrativos de segunda pessoa predominam em relação às formas de primeira pessoa: temos 476 ocorrências de “esse/isso” no PB e apenas 24 de “este/isto”. Isso significa que no uso anafórico do PB, “esse/isso” respondem por 95,2% das ocorrências. No PP, temos 364 ocorrências de “esse/isso” e 211 de “este/isto”. Ou seja, embora de modo menos patente que no PB, as formas de segunda pessoa também predominam no uso anafórico da amostra do PP, já que “esse/isso” correspondem a 63,3% das ocorrências.

Os usos de “este/esse” e “isto/isso” segundo os tipos anafóricos

Separando os dados de acordo com os cinco tipos de anáfora que observamos em nosso *corpus*, chegamos aos seguintes dados:

Tabela 2 – Distribuição dos demonstrativos segundo a tipificação anafórica no PB e no PP

	PB		PP		PB		PP	
	Este	Esse	Este	Esse	Isto	Isso	Isto	Isso
Ana. Fiel	2	27	9	39	–	–	–	–
Ana. Infiel	6	36	21	34	–	–	–	–
Ana./ Nomeação	6	104	101	114	1	223	53	162
Ana./ Memória	4	46	2	5	–	6	–	–
Ana/ Elipse	5	34	25	10	–	–	–	–
Total: 1075	23	247	158	202	1	229	53	162

Observando os dados acima, todos em números absolutos, percebemos que, à exceção da anáfora por nomeação, os pronomes demonstrativos em uso anafórico são mais expressivos nas formas variáveis do que nas invariáveis. É interessante notar também que tanto as anáforas fiéis quanto as infiéis só podem se realizar pelas formas variáveis visto que, necessariamente, só ocorrem em função adjetiva, ou seja, como determinantes; ambas, nas duas variedades do Português, mostraram-se mais expressivas no uso de “esse”: 93% de ocorrências de anáforas fiéis no PB e 81% no PP e, 86% de ocorrências no PB e 62% no PP de anáforas infiéis.

Já as anáforas por nomeação, percebemos que são bastante produtivas tanto nas formas variáveis quanto nas invariáveis nas duas variedades da língua, com predominância das formas de segunda pessoa. No entanto, no PP não identificamos uma expressão tão patente das formas de segunda pessoa como a observada no PB; nessa variedade do Português, temos quase 95% de frequência de uso de “esse” e praticamente 100% de “isso”.

No PP, embora as 430 ocorrências de anáfora por nomeação se encontrem exatamente divididas em 215 ocorrências de formas variáveis e 215 de formas invariáveis, percentualmente só é possível identificar um uso mais equilibrado entre os demonstrativos variáveis: temos 53% de ocorrências com “esse” e 47% com “este”. Já entre os invariáveis, verificamos 75,3% de ocorrências com “isso” e apenas 24,7% com “isto”.

Quanto às anáforas de memória, percebemos que não foram muito produtivas no PB (cerca de 10%) e nem no PP (apenas 2%). E, por fim, em relação às anáforas por elipse, no PB se privilegia a forma “esse” com uma frequência que beira os 90%. No PP também identificamos uma percentual expressivo: quase 72%. Acreditamos que, nesse caso, a predominância do demonstrativo “esse” esteja relacionada ao fato de que o que está elíptico na maioria dessas anáforas é, justamente, uma anáfora por nomeação, ou seja, não apenas um “nome”, mas toda uma ideia anteriormente apresentada. E, como a forma predominante nas anáforas por nomeação é o

pronome demonstrativo relativo à segunda pessoa, logo, as anáforas por elipse, quando “escondem” uma anáfora por nomeação, tendem, também, a privilegiar o demonstrativo “esse”. Vejamos um exemplo:

(29) [...]. Embora possas pensar isso, a tua decisão não se baseou exclusivamente no facto de o veres a beijar um homem, pois há diferentes maneiras de enfrentar uma situação tão complicada quanto **essa**. [...]. (*Ragazza*, setembro de 1995).

Além de tipificarmos o uso anafórico dos pronomes demonstrativos, dividimo-lo segundo as funções adjetiva e substantiva, tal como apresentamos na seguinte tabela:

Tabela 3 – Função adjetiva e substantiva das formas anafóricas **este**, **isto**, **esse**, **isso** no PB e no PP

	PB		PP	
	Determinante	Pronome	Determinante	Pronome
Este/ Isto	22	2	134	77
Esse/ Isso	247	229	196	168
Total	269	231	330	245

Das quinhentas ocorrências de uso anafórico no PB, temos 53,8% na função adjetiva, e 46,2% na função substantiva; no PP, 57,4% estão relacionadas à função substantiva e, 42,6% à função adjetiva, o que evidencia o quanto essas funções em usos anafóricos são bastante produtivas entre os pronomes demonstrativos nas duas variedades do Português.

Para aprofundarmos mais a análise de nossos dados, verificamos as ocorrências dos pronomes demonstrativos “este/isto” e “esse/isso” de acordo com os tipos de anáfora abordadas em nosso estudo, considerando as funções adjetiva e substantiva, respectivamente. Vejamos:

Tabela 4 – Distribuição anafórica das formas **este, isto, esse, isso** no PB e no PP em função adjetiva

	PB		PP	
	Este/Isto	Esse/Isso	Este/Isto	Esse/Isso
Anáfora fiel	2 (7%)	27 (93%)	9 (18%)	42 (82%)
Anáfora infiel	6 (14%)	36 (86%)	23 (41%)	33 (59%)
Anáfora por nomeação	6 (5,5%)	104 (94,5%)	102 (47%)	113 (53%)
Anáfora de memória	4 (8%)	46 (92%)	4 (33%)	8 (67%)
Anáfora por elipse	4 (10,5%)	34 (89,5%)	1 (33%)	2 (67%)
Total geral	22 (8,2%)	247 (91,8%)	139 (41,3%)	198 (58,7%)

Os dados acima demonstram de modo evidente que as formas “esse/isso” são muito mais utilizadas que suas concorrentes “este/isto”, sobretudo no PB, já que temos quase 92% de frequência de uso das formas demonstrativas anafóricas de segunda pessoa, em função adjetiva. No PP, a predominância das formas “esse/isso” beira aos 60%.

Já na Tabela 5, podemos observar a ocorrência das formas demonstrativas de primeira e segunda pessoas do discurso, segundo a função substantiva, em cada tipo de anáfora:

Tabela 5 – Distribuição anafórica das formas “este, isto, esse, isso” no PB e no PP em função substantiva

	PB		PP	
	Este/Isto	Esse/Isso	Este/Isto	Esse/Isso
Anáfora fiel	–	–	–	–
Anáfora infiel	–	–	–	–
Anáfora por nomeação	1 (0,5%)	223 (99,5%)	54 (24%)	170 (76%)
Anáfora de memória	–	6 (100%)	2 (33%)	1 (67%)
Anáfora por elipse	1 (100%)	–	25 (78%)	7 (22%)
Total geral	2 (100%)	229 (100%)	81 (100%)	178 (100%)

Analisando a Tabela 5, percebe-se que é nulo o uso pronominal dos demonstrativos nas anáforas fiel e infiel na variedade portuguesa e brasileira do Português, afinal, tais anáforas só podem se

realizar na função adjetiva. Todavia, cabe ressaltar que as anáforas fiéis podem estar “escondidas” (elípticas) na forma de anáforas por elipse, tal como as anáforas por nomeação, como já mencionamos anteriormente e que, inclusive, são as que mais comumente estão associadas com as por elipse. Ilustramos, abaixo, um exemplo em que a anáfora por elipse está “escondendo” uma anáfora fiel:

(30) A-do-rei o baú de coisas maravilhosas do “*Capricho* escolheu” – *Capricho*, dezembro – para o ano que vem. Tomara que todos esses desejos se realizem, pois **esses** que vocês escolheram eu não tiro nem um acento. Luísa N. Serralvo, 15 anos. (*Capricho*, fevereiro de 1996).

Já na anáfora por nomeação, observamos grande produtividade dos demonstrativos em função substantiva e, nesse caso também, com uma frequência de uso muito maior das formas “esse/isso”: praticamente 100% dos usos no PB – 223 ocorrências de um total de 224 – e 76% no PP – 170 de um total de 224 ocorrências.

Nossos dados demonstram, cada vez de modo mais evidente, que as formas “esse/isso” têm se mostrado muito mais produtivas que suas concorrentes “este/isto” em ambas as variedades do Português, ao menos em nosso *corpus*. Também apontam para o fato de que a predileção pelo uso de “esse/isso” na função anafórica está mais fortemente marcada no PB.

Quanto ao uso pronominal da anáfora de memória em função substantiva, percebemos um uso “tímido” em nossos dados, em ambas as variedades do Português, já que, em nosso *corpus*, tal anáfora é muito expressiva na função adjetiva, tal como já pudemos observar. No PB, as seis ocorrências de anáfora de memória ocorrem por meio de “esse/isso” e, no PP, temos uma ocorrência de “esse/isso” e duas de “este/isto”. Em seguida, apresentamos dois exemplos:

(31) Essa é a loja da *Capricho*, mas não tem a camiseta. Dá pra quebrar **ESSA**?/ Karen e Raquel Schneider, 12 e 13 anos. (*Capricho*, agosto de 1994).

(32) [...]. Lembra-te que por muito difícil que seja, não há ninguém inconquistável; se embarcares **nesta**, pisa com segurança no acelerador e verás como cairá na tua rede! (*Ragazza*, novembro de 1995).

Por fim, algo que nos chamou bastante a atenção diz respeito ao uso pronominal das anáforas por elipse no PP, visto que nesse tipo anafórico, diferentemente dos demais, o uso pronominal dos demonstrativos foi marcado pela predominância das formas “este/isto”.⁶ Como pode ser observado na Tabela 5, das 32 ocorrências de anáforas por elipse em função substantiva, 25, ou seja, 78% dos dados se realizaram por meio das formas “este/isto”.

Os usos de “aquele” e “aquilo” no PB e no PP

Em relação aos pronomes demonstrativos relativos à terceira pessoa em uso anafórico, nossa amostra foi composta por 58 ocorrências no PB e 93 no PP, as quais foram analisadas de acordo com a mesma distribuição tipológica que utilizamos para a análise dos demonstrativos variáveis e invariáveis de primeira e segunda pessoas. Na Tabela 6, apresentamos essa distribuição:

Tabela 6 – Distribuição das formas “aquele” e “aquilo”, segundo a tipificação anafórica.

	PB		PP	
	Aquele	Aquilo	Aquele	Aquilo
Anáfora fiel	2 (100%)	–	4 (100%)	–
Anáfora infiel	3 (100%)	–	5 (100%)	–
Anáfora por nomeação	1 (12,5%)	7 (87,5%)	14 (30,5%)	32 (69,5%)
Anáfora de memória	28 (87,5%)	4 (12,5%)	10 (37%)	17 (63%)
Anáfora por elipse	13 (100%)	–	11 (100%)	–

⁶ Os dados do PB, neste caso, não são significativos, já que constatamos apenas uma ocorrência.

Como podemos observar, as anáforas fiéis e infiéis não foram muito produtivas em nosso *corpus*, representando apenas 8,6% das ocorrências no PB, e 9,7% no PP. Com isso, percebemos que tais tipos anafóricos estão mais vinculados aos usos das formas de primeira e segunda pessoas, visto que, tal como pode ser verificado na Tabela 6, as anáforas fiéis e infiéis realizadas com as formas de primeira e segunda pessoas, corresponderam a 14,2% dos usos anafóricos no PB e 18% no PP. Todavia, é notório que, de modo geral, esses dois tipos anafóricos não se mostraram muito produtivos em nosso *corpus*.

Já a anáfora por elipse apresentou uma frequência de uso um pouco maior: 22,4% no PB e 15% no PP e, nessas anáforas, percebemos que estão “escondidas” – assim como ocorre nas referências por elipse com as formas de primeira e segunda pessoas – anáforas fiéis e anáforas de memória, porém não registramos nenhum caso em que a anáfora por elipse estivesse “escondendo” uma anáfora por nomeação. Isso nos parece muito interessante, pois, quando analisamos as formas de primeira e segunda pessoas, constatamos que, nas anáforas por elipse, o termo elíptico, na maioria das ocorrências, era, justamente, uma anáfora por nomeação.

Quanto à anáfora por nomeação, identificamos uma frequência de uso de quase 14% no PB e de 49% no PP. Nas duas variedades da língua, percebemos que tal tipo anafórico, costuma ser mais produtivo com as formas invariáveis, sobretudo no PB, no qual constatamos 87,5% de “aquilo” nas anáforas por nomeação. No PP, a predominância de “aquilo” foi de 69,5%.

Comparando esses resultados com os que obtivemos em relação às formas variáveis e invariáveis dos demonstrativos de primeira e segunda pessoas, verificamos que no PB as anáforas por nomeação realizadas com “este”, “isto”, “esse” e “isso” tendem a se realizar com as formas invariáveis – 67% das ocorrências –, tal como constatamos para as formas demonstrativas de terceira pessoa. Já no PP, diferentemente da supremacia constatada para as formas invariáveis de terceira pessoa, há um equilíbrio de usos entre as formas variáveis e invariáveis de primeira e segunda pessoas: 50% de frequência para cada uma delas.

Em relação às anáforas de memória, percebemos que elas compuseram o tipo anafórico mais produtivo entre os pronomes demonstrativos de terceira pessoa em nosso *corpus*, chegando a representar 55% das ocorrências anafóricas do PB e 29%, no PP. Esses resultados nos chamaram a atenção, principalmente pelo fato de a anáfora de memória ter tido pouco expressividade nas formas demonstrativas de primeira e segunda pessoas, conforme já descrito. Parece-nos, então, que a realização desse tipo anafórico está relacionada com a escolha do pronome demonstrativo que, no caso, realiza-se predominantemente com “aquele” no PB – 87,5% das ocorrências – e com “aquilo” no PP – 63%.

A princípio, quando tínhamos realizado apenas as análises das formas demonstrativas de primeira e segunda pessoas, achamos “estranha” a baixa incidência desse tipo de anáfora, dada a natureza de nosso *corpus*, cujo conhecimento compartilhado entre as leitoras e a revistas é marcante. Dada a relação de amizade por elas construída, nossa expectativa era a de que tal anáfora tivesse se mostrado com destaque em nosso *corpus*. Entretanto, as formas de terceira pessoa vieram confirmar nossa expectativa e, mais do que isso, chamar-nos a atenção para a necessidade de se estudar as três formas demonstrativas que compõem o sistema pronominal dos demonstrativos, percebendo que, ao desempenhar as mesmas funções referenciais que “este/isto” e “esse/isso”, existem situações discursivas em que as formas de terceira pessoa competem com as de primeira e segunda e outras nas quais são protagonistas. Da mesma forma, existem situações discursivas cuja referenciação é protagonizada ora por “este/isto”, ora por “esse/isso”.

Considerações finais

No âmbito da abordagem do que entendemos como “língua” – ou seja, uma realidade dinâmica e multifacetada, que não preexiste, mas, sim, que se realiza em situações concretas de uso e teoricamente amparada por uma visão sociodiscursiva e interacionista da

linguagem –, neste capítulo analisamos as relações de referenciação anafórica estabelecidas pelos pronomes demonstrativos “este/esse”, “isto/isso” e “aquele/aquilo” a partir de uma amostra de dados composta por cartas de leitoras de duas revistas femininas – a brasileira, *Capricho*, e a portuguesa, *Ragazza* – no período que vai de 1994 a 2005.

Tal estudo buscou, sobretudo, verificar se o sistema pronominal do Português se mostra ternário – considerando, por ora, apenas o seu uso anafórico –, tal como podemos observar em diversas gramáticas normativas da Língua Portuguesa, ou se, como já apontaram alguns estudos a esse respeito (cf. Câmara Jr. 1970; 1975; Castilho, 1978; 1993; Pavani, 1987; Roncarati, 2003; Marine, 2004), mostra-se, na verdade, binário. E, considerando os resultados obtidos em nossa análise, podemos afirmar que o sistema pronominal do PB está se portando de modo binário, já que as formas “esse/isso” apresentaram uma frequência de 95% de uso no PB.

Quanto ao PP, visto que o percentual de frequência de “este” foi relativamente “robusto” em nossa amostra, acreditamos que o sistema dos pronomes demonstrativos nessa variedade do Português está passando por um processo de variação, em que o esquema ternário tende a dar espaço a um sistema binário, tal como no PB.

Cabe observar que, sobretudo na língua escrita mais formal, tanto em Portugal como no Brasil, tenta-se preservar a distinção entre “este” e “esse” para referências dentro de um dado contexto linguístico; porém, a regra que se criou para manter essa distinção, além de se mostrar divergente em algumas gramáticas (cf. Infante, 2002, p.363; Bechara, 2006, p.188-9), apresenta-se como uma convenção subjetiva, fora da realidade linguística e que não é seguida com rigor. É por isso que quando observamos o uso real desses pronomes em textos escritos menos formais, percebemos de modo bastante claro um binarismo no PB e uma transição (variação) no PP, que de ternário tende a se tornar binário tal qual no Brasil.

Acreditamos, inclusive – pautando-nos na revisão teórica acerca dos demonstrativos somada aos resultados de diversas pesquisas linguísticas, sobretudo aos de nosso estudo –, que o uso binário dos

pronomes demonstrativos se mostra bastante produtivo há tempos em nossa língua, característica que, provavelmente, herdamos do Latim.

Referências bibliográficas

- APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p.53-84.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BENTES, A. C.; RIO, V.C. A construção conjunta da referência em uma entrevista semimonitorada com jovens universitários. In: BENTES, A. C., KOCH, I. V.; MORATO, E. M. (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005a.
- BENTES, A. C. & RIO, V. C. Introdução. In: BENTES, A. C., KOCH, I. V. & MORATO, E. M. (orgs.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005b.
- BOSCH, P. *Agreement and Anaphora. A Study of the Role of Pronouns in Syntax and Discourse*. Londres: Academic Press, 1983.
- CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- _____. *História e estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- CASTILHO, A. T. de. Análise preliminar dos demonstrativos na norma culta de São Paulo. *Anais de Seminários do GEL*, 1978. p.30-35.
- _____. Os mostrativos do português falado. In: *Gramática do Português Falado*. As abordagens, vol. 3. Campinas, , 1993. p.119-45.
- CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2002.
- COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro; São Paulo: Presença; EDUSP, 1979.
- COUTINHO, I. L. *Gramática histórica*. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora ao Livro Técnico, 2005.
- CUNHA, C. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Feriame, 1986.

- FARACO, C. A. *Lingüística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.
- INFANTE, U. *Curso de Gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 2002.
- JUNGBLUTH, K. O uso dos demonstrativos em textos semi-orais: o caso dos folhetos nordestinos do Brasil. In: GROBE, S.; ZIMMERMANN, K. (eds.). “Substandard” e mudança no português do Brasil. Frankfurt: TFM, 1998. p. 328-55.
- JUNGBLUTH, K. *Two and three-dimensional deictic systems between speech and writing: Evidences from the use of demonstratives in romanes languages*. 1999. Disponível em: <http://www.lili.uni-bielefeld.de/~deixis/rader/node15.html>. Acesso em: 13 dez. 2002.
- KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, v. 14 (número especial), 1998. p.169-90.
- KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2003.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia; University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, W. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.) *Perspectives on Historical Linguistics*. Masterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982. p.17-92.
- LABOV, W. *Principles of linguistic change*. vol. 1: internal factors. Cambridge, Massachusetts, Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- LABOV, W. *Principles of linguistic change*. vol. 2: social factors. Massachusetts, Oxford: Blackwell Publishers, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. 5.ed. São Paulo: Ática, 2003. (Série Princípios).
- _____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007a.
- _____. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b.
- MARINE, T. C. *O binarismo dos pronomes demonstrativos no século XX: este vs. aquele ou esse vs. aquele?* Araraquara, 2004. 138 fls. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2004.
- _____. *Um estudo sócio-discursivo do sistema pronominal dos demonstrativos no português contemporâneo*. Araraquara, 2009. 220 fls. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2009.

- MAURER, T. H. J. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica, 1959.
- MILNER, J. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, M.M. et alii (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- PAVANI, S. *Os demonstrativos este, esse e aquele no português culto de São Paulo*. Campinas, 1987. 90 fls. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 1986.
- PONTES, E. O “Continuum” língua oral e língua escrita: por uma nova concepção do ensino. *Trab. Ling. Apl. Campinas*, n.12, p.101-7, jul./dez. 1978.
- RODRIGUES, A. D. Os demonstrativos do português: descrição morfológica sincrônica e superficial. *VII Anais de Seminários do GEL*, p.64-6, Mogi das Cruzes, 1978.
- RONCARATI, C. Os mostrativos na variedade carioca falada. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (orgs.). *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Liv., 2003.
- SINCLAIR, J. *Corpus, Concordance, Collocation*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola, 2006.